

Senado decide 2ª se enquadra Zélia

BRASÍLIA — O Senado decidiu ontem marcar para segunda-feira uma sessão especial para discutir o enquadramento da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, por crime de responsabilidade. O pedido foi feito no plenário pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ), com base no parágrafo 2º do Artigo 50 da Constituição, que prevê processo por crime de responsabilidade de ministros de Estado que não atenderem, no prazo de 30 dias, a pedidos de informação encaminhados pelas mesas da Câmara dos deputados e do Senado.

Anteontem à noite, a ministra enviou um ofício ao presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), dizendo que não poderia prestar as informações solicitadas por causa da Lei do Sigilo Bancário. O requerimento de Haddad, aprovado pela mesa do Senado, e enviado à ministra no dia 29 de março, pedia informações sobre os saques bancários acima de NCZ\$ 500 mil realizados entre 15 de fevereiro e 15 de março.

O que mais desagradou aos senadores no ofício encaminhado pela ministra, às 22 horas de quarta-feira, quando terminava o segundo prazo de 24 horas concedido a ela pelo Senado, foram os ar-

gumentos para o não-atendimento do pedido de informações. A ministra da Economia alegou, além de "impossibilidade material" para fazer o levantamento solicitado, a Lei do Sigilo Bancário e a desobediência do regimento interno do Senado, e aconselhou que os senadores submetessem o pedido ao "reexame da ilustrada Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado". Há duas semanas, a comissão aprovou o requerimento do senador Jamil Haddad por nove votos a favor, um contra e uma abstenção.

"A resposta do governo é a prova concreta de que houve vazamento de informações sobre o plano econômico", diz Haddad. Sem a presença do líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira (PST-ES), o único a defender a posição da ministra foi o vice-líder do governo, senador João Menezes (PDC-PA). "O Senado tem de evitar qualquer confronto com o executivo", alertou. O senador Mário Covas (PSDB-SP), num discurso aplaudido pelos colegas, afirmou que será o último a sustentar um confronto entre o Legislativo e o Executivo "mas também o último a abdicar das prerrogativas do Senado".